

BOLETIM CEAS

AGOSTO 2024

FONACEAS Recife



Com representantes dos CEAS de todas as regiões do Brasil, a 64ª Reunião do Fórum Nacional dos Conselhos de Assistência Social – FOANCEAS foi realizada dias 5, 6 e 7, no Recife. O Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, com apoio Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas, viabilizou a estrutura e organização do evento. A solenidade de abertura contou com mesa expressiva, reforçando o papel articulador do Fórum.

Andreza Pacheco, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, focou na importância do trabalho coletivo para o fortalecimento da Política da Assistência Social, principalmente na construção de propostas e estratégias em defesa do SUAS. Penélope Andrade, Ana Rita Suassuna, Edgilson Tavares e Rodrigo Alves, respectivamente presidentes do CONGEMAS, COEGEMAS/PE, CNAS e FONACEAS, e o secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas, Carlos Eduardo Braga, completaram a mesa.

Na sequência, Edgilson, com mediação de Rodrigo, comandou o painel “O controle social e a interface com os fóruns e espaços de articulação no SUA”S. Entre os pontos destacados, a necessidade da atenção à formação de novo (a)s conselheiro (a) s, a participação, a partir do ajuste de agendas, do CNAS nas Reuniões do FONACEAS de forma sistemática e o monitoramento das pautas legislativas.

No segundo dia, “O papel do CEAS no acompanhamento e assessoramento aos Conselhos Municipais de Assistência Social” e “As deliberações das Conferências e sua efetividade na execução da Política de Assistência Social” foram os dois temas abordados nos painéis - no segundo turno aconteceram as reuniões por região.

FONACEAS Recife



No comando a primeira mesa, Joelson Rodrigues, Assistente Social e presidente do Sindicato do (a) s Assistentes Sociais de Pernambuco, abordou desde questões primordiais do funcionamento de um Conselho de Assistência Social, como a composição e regularidade das reuniões, a importância do entendimento dos fluxos que garantem o exercício do Controle Social, com a participação do Conselho na construção e deliberação das matérias.



Marcos Nascimento, superintendente de Gabinete da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas de PE, propôs a reflexão de como, na prática do dia a dia, as deliberações das conferências devem estar refletidas.



Na salas, os grupos discutiram ideias e estratégias para o fortalecimento da Política da Assistência Social, refletindo sobre questões relacionadas à intersectoralidade das políticas e efetividade dos modelos de conferências atuais.

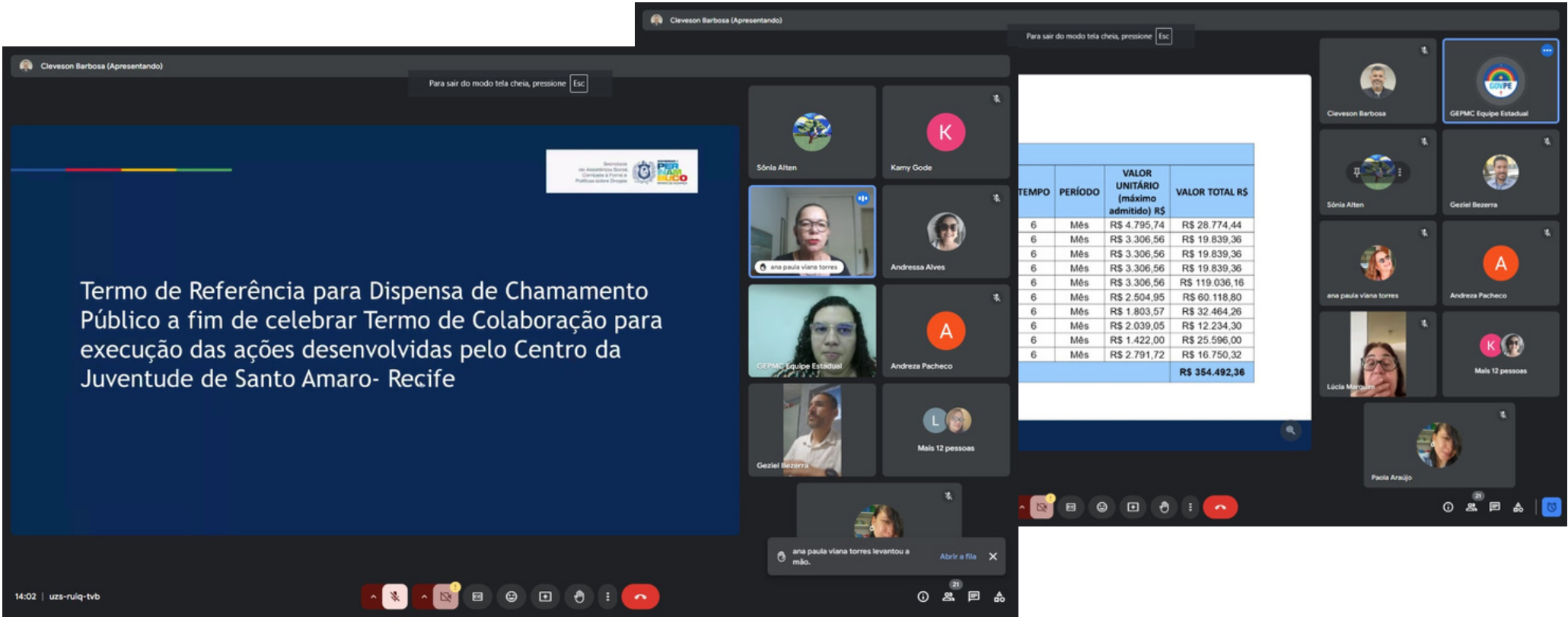


Com a mediação do presidente do FONACEAS, a programação no último dia seguiu com a sistematização das propostas discutidas nas salas regionais, como a periodicidade e formato das conferências ordinárias e extraordinárias e estratégias, ampliar o diálogo com o Conselho Nacional de Assistência Social e para mobilização a favor da aprovação da PEC 383/2017, que em seu texto garante 1% da receita corrente líquida para a Assistência Social.



Na sequência, a leitura da Carta de Recife os representantes dos CEAS dos 25 estados presentes puderam registrar a avaliação do evento, incluindo a fala da presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, Andreza Pacheco: “Que bom Pernambuco ter a oportunidade de receber o FONACEAS, um importante espaço de discussão para o fortalecimento da Política da Assistência Social e que, com toda informação compartilhada, sigamos reverberando a importância do Controle Social”.

6ª Assembleia Extraordinária CEAS/PE



A Resolução CIB Nº 34, sobre dispensa de chamamento público a fim celebrar Termo de Colaboração para execução das ações desenvolvidas pelo Centro da Juventude de Santo Amaro, foi o tema da 6ª Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, dia 26, em ambiente virtual. A Extraordinária foi antecedida por Reunião da Comissão de Planejamento de Finanças – conselheiro (a) s analisaram documentação referente à pauta, entre elas a planilhade custos, que foi alterada, com objetivo de atender a solicitação do parecer indicando a necessidade de informações detalhadas.

Camila Borba, gerente da Proteção Especial de Média Complexidade, e Cleveson Barbosa, coordenador SEASS, responderam as questões de conselheiro (a) s. Edson Lima (SC), por exemplo, questionou a natureza das ações contempladas no CJ, propondo ponderação sobre seu caráter dentro da política da Assistência Social e reforçou, como Andressa Alves (GO), a necessidade de planilhas objetivas, mas minuciosas – entre as dúvidas ainda existentes, os valores das horas/aulas e período das oficinas, informações respondidas.

Andreza Pacheco, conselheira e secretária-executiva de Assistência Social, pontuou que durante o período de execução dos serviços – 180 dias – a SEASS fará uma análise do serviço, com construção aberta à colaboração do CEAS. A Resolução foi aprovada.

O Conselho Estadual de Assistência Social do Pará, representado por Zózimo Sousa e Benedito Pimentel Júnior, respectivamente presidente e secretário executivo, visitou a Casa dos Conselhos, dia 8, para conhecer o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco.

Andreza Pacheco e Ana Paula Viana, presidente e secretária-executiva, apresentaram equipe técnica e estrutura física, assim como responderam aos questionamentos a apresentaram alguns instrumentais desenvolvidos no CEAS/PE, como o diagnóstico situacional apresentado aos CMAS em cada oficina ou visita técnica da equipe.

Visita CEAS/PA



Orientação CMAS de Aliança e Vicência

Representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social dos municípios de Aliança e Vicência esclareceram dúvidas sobre o processo de inscrição de entidades nos CMAS na oficina “Entidades – Inscrição no CMAS, CNEAS e CEBAS”, conduzida por Adriana Queiroz, dia 20, na sede da Prefeitura de Aliança.

Na apresentação a técnica do CEAS/PE detalhou fluxo do processo de inscrição de uma entidade em um CMAS, pontuando a definição de entidades e organizações de Assistência social (de acordo a LOAS, no com o art.3) e modalidades (Atendimento; Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos). A entrega anual, por exemplo, do Plano de Ação da Entidade foi uma das questões pontuadas.

Como dinâmica Adriana propôs a organização do (a)s participantes em dois grupos - CMAS e das Entidades. O primeiro elaborou estratégias para mobilizar as entidades a fazer parte do CMAS, sugerindo, por exemplo, rodas de conversa nos locais de atendimento ao público usuário do SUAS.



O segundo falou sobre as expectativas das entidades, citando como atrativo a formalização do projeto e o diálogo com a gestão municipal buscando viabilizar o acesso do (a) s usuário (a)s aos serviços ofertados.

Oficina no CMAS de Lagoa de Itaenga



“Quais as respectivas atribuições do (a)s conselheiro (a)s do CMAS?” foi o tema da oficina ministrada para conselheiro (a)s e equipe do CMAS de Lagoa de Itaenga, dia 14, na Biblioteca Municipal da Cidade.

Adriana Queiroz abordou pontos relacionados à dinâmica do funcionamento de um CMAS - instância deliberativa, que garante a participação e o controle social sobre os serviços socioassistenciais desenvolvidos nos estados e municípios.

Ela reforçou a importância da composição do CMAS respeitando paridade entre governo e segmentos da sociedade civil (Usuário (a)s, Trabalhador (a) s e Entidades) Registro de Entidades no CMAS, CNEAS e CEBAS foi um tópico abordado para o esclarecimento de algumas dúvidas.



Encerramento Caravana do SUAS 2024: Cupira



O ciclo da Caravana do SUAS 2024 encerrou em Cupira, dia 1º de agosto. A ação, realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas – SAS, em parceria com Centro de Desenvolvimento Social – CDC, contou com a participação do Conselho Estadual de Assistência Social nas 12 edições, trabalhando em conjunto com o Fundo Estadual de Assistência Social, o tema Controle Social e Gestão financeira Orçamentária.

O Artigo 30 da LOAS, condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento do dito CPFO, foi o tema norteador da apresentação, reprisada duas vezes neste último dia de atividades, que incluiu o momento de entrega dos diagnósticos situacionais aos representantes dos CMAS presentes no Balcão de Atendimento.

Participantes acompanharam as informações referentes ao CPFO: I. Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II. Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social; IV: A previsão de Orçamento para a Assistência Social. Como atividade, Adriana Queiroz propôs a organização em grupos do (a)s, com trabalho focado nas etapas para a construção do fluxo e para aprovação do Plano Municipal de Assistência Social.

MP ANTIDISCRIMINATÓRIO

O CEAS/PE participou do lançamento do MP ANTIDISCRIMINATÓRIO: integração em rede contra todas as formas de discriminação, dentro da programação do 1º Seminário Institucional de Direito Antidiscriminatório: a luta antidiscriminatória e o papel do Ministério Público.

Com a participação de servidores do MPPE e integrantes da rede de defesa de direitos humanos e da formulação de políticas públicas, a conselheira Glaucia Andrade e o conselheiro André Carvalho, respectivamente nas representações governamental e sociedade civil/Entidade, representaram o Conselho.

CIB/PE



Inauguração Cozinha Comunitária de Ipojuca



A Cozinha Comunitária é uma ação do Governo do Estado que propõe o cofinanciamento (para instalação e manutenção), por meio do Programa Bom Prato, de novos espaços ou potencialização dos já existentes, nos municípios de Pernambuco. Dia 13, a Cozinha Comunitária de Ipojuca foi inaugurada, somando um total de 157 equipamentos inaugurados. O Conselho Estadual de Assistência Social acompanhou a inauguração, representado pela conselheira Edjane Tavares Ribeiro.

Em seu papel deliberativo e normativo da Política da Assistência Social no Estado, o CEAS/PE vem, entre demais demandas, analisando, discutindo e propondo ajustes ao Programa Bom Prato, no que diz respeito à aprovação do cofinanciamento das cozinhas comunitárias. Assim como já realizou visitas técnicas a espaços em funcionamento.